



Grupo da Aliança Progressista dos Socialistas & Democratas no Parlamento Europeu



SOCIALISTAS PORTUGUESES no Parlamento Europeu

# EUROPA

SUPLEMENTO DO ACÇÃO SOCIALISTA



FOTO: PARLAMENTO EUROPEU

## SOCIALISTAS EUROPEUS DEFENDEM UMA NOVA SOLUÇÃO PARA A GRÉCIA

PÁG. 2

DEPUTADOS DO PARLAMENTO EUROPEU E DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA REUNIDOS EM BRUXELAS

PÁG. 2

PRESIDENTE DO GRUPO S&D REUNIU-SE COM EURODEPUTADOS PORTUGUESES

PÁG. 3

SOCIALISTAS DO GRUPO DE TRABALHO EXTERNO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

PÁG. 3

### OPINIÃO

UNIÃO PARA A ENERGIA CARLOS ZORRINHO

PÁG. 2

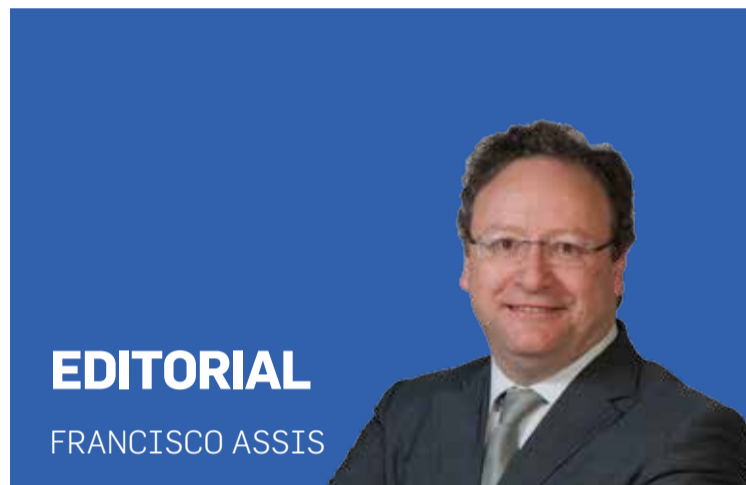
ACÇÃO E COMPROMISSO NO ANO EUROPEU PARA O DESENVOLVIMENTO PEDRO SILVA PEREIRA

PÁG. 3

### ENTREVISTA

ELISA FERREIRA: É PRECISO DAR ESPAÇO ÀS ALTERNATIVAS DE MUDANÇA

PÁG. 4



EDITORIAL

FRANCISCO ASSIS

“ A Rússia cometeu erros graves, violando preceitos básicos do direito internacional e fomentando uma insubordinação armada no interior de um país soberano

A iniciativa diplomática promovida por François Hollande e Angela Merkel com o intuito de impedir o agravamento do conflito ucraniano tem desde logo o mérito de afirmar a singularidade da posição europeia na abordagem de tão complexa questão. Numa altura em que o Presidente Obama é sujeito a enormes pressões para fornecer armas ao estado ucraniano é fundamental que surjam vozes europeias empenhadas em evitar uma escalada bélica de imprevisíveis consequências.

A Rússia cometeu erros graves, violando preceitos básicos do direito internacional e fomentando uma insubordinação armada no interior de um país soberano. Isso é inquestionável. Por isso mesmo se justificam plenamente as sanções que lhe têm vindo a ser aplicadas. Isso não deve porém obstar a que se desenvolvam todas as iniciativas possíveis de modo a salvaguardar a paz na região.

É preciso dissipar os medos russos. Isso só se alcançará excluindo claramente a possibilidade de integração da Ucrânia na NATO e reforçando a descentralização interna deste Estado. A União Europeia deve robustecer as ligações económicas com a Ucrânia, abstendo-se da criação indevida de expectativas de integração política. Já no que concerne à Rússia, é importante reconstituir um clima de confiança que permita assegurar o prosseguimento de uma parceria estratégica de indiscutível interesse para todas as partes.

OPINIÃO  
UNIÃO PARA  
A ENERGIA

CARLOS ZORRINHO



“O selo de impunidade que marca este processo é gravíssimo, porque alimenta a desconfiança dos cidadãos face às instituições do Estado democrático, incluindo a justiça e os partidos políticos

A União para a Energia é uma das propostas chave do Programa da Comissão Juncker, cujo colégio integra inclusivamente um vice – Presidente (O Socialista Eslovaco Maros Sefcovic) encarregue de a concretizar. A definição do conteúdo e das prioridades da união para a Energia tem vindo a ser objeto dum profundo debate com grande envolvimento do Parlamento Europeu, em particular das Comissões de Indústria e Energia, do Mercado Interno e do Ambiente.

A crise das relações entre a União Europeia e a Rússia veio tornar ainda mais evidente a prioridade que tem que ser para a União Europeia assegurar um elevado patamar de Segurança Energética, através da diversificação das fontes de abastecimento e do aumento da sua autonomia com base em recursos endógenos. Isto implica por um lado a concretização do mercado único da energia e por outro lado uma aposta continuada nas energias renováveis, tendo em conta a avisada tendência europeia para não apostar em soluções de elevado risco ambiental como o nuclear ou a exploração do gás de xisto.

O desenvolvimento do mercado único da energia, além de vontade política e concertação estratégica, implica a concretização de um forte pacote de investimento para assegurar as interligações que permitam as trocas de energia entre os diversos territórios.

O investimento nas interligações energéticas está incluído como prioridade no Plano Juncker e constitui uma grande oportunidade para Portugal, não só pelo reforço das ligações da Península ao resto da Europa, mas também pela oportunidade de reforçarmos as nossas ligações a outros mercados, designadamente ao mercado africano, e de aproveitarmos os nossos portos, em particular Sines, como entrepostos logísticos de elevado potencial na área da energia.

Por outro lado, o reforço do mercado único da energia implica também maior autonomia através de grandes investimentos tecnológicos para tornar mais eficiente a produção e o consumo de energia.

Neste domínio Portugal é um dos Países com maior potencial e com mais capacidade instalada e conhecimento adquirido. Devemos por isso ser entusiastas da nova União da Energia, assumindo o nosso pioneirismo em muito daquilo que é agora proposto.

As energias renováveis e a inovação limpa foram marcas fortes do último ciclo de governação do Partido Socialista em Portugal. Com a União da Energia ficarão criadas as condições e as oportunidades para retomarmos essas marcas no próximo ciclo, criando riqueza, emprego e qualidade de vida.



## Eurodeputados e deputados socialistas reunidos em Bruxelas

Carlos Zorrinho e Pedro Silva Pereira reuniram-se com os deputados do Partido Socialista na Assembleia da República, Eduardo Cabrita, Mário Ruivo e Ivo Oliveira.

Este encontro, que decorreu em Bruxelas, serviu para reforçar as reuniões que os dois grupos parlamentares do Partido Socialista têm vindo a concretizar com o objetivo de ser desenvolvido um

trabalho conjunto na defesa dos interesses nacionais.

Eduardo Cabrita, Mário Ruivo e Ivo Oliveira estiveram em Bruxelas a participar na Semana Parlamentar Europeia que juntou os deputados do Parlamento Europeu com 160 membros dos parlamentos nacionais dos 28 países da União Europeia, numa iniciativa que contou também com as participações das eurodeputa-

das socialistas Maria João Rodrigues e Elisa Ferreira.

Recorde-se que na Assembleia da República Eduardo Cabrita é Presidente da Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, Ivo Oliveira é membro da Comissão de Assuntos Europeus, da Assembleia da República e Mário Ruivo é vice-Presidente da Comissão de Segurança Social e Trabalho.

## Socialistas Europeus defendem uma nova solução para a Grécia

O Grupo Socialista no Parlamento Europeu aprovou a posição comum para ser adotada em relação ao futuro da Grécia. Neste documento, elaborado por Maria João Rodrigues, os socialistas europeus afirmam que "não concebem uma zona euro sem a Grécia" e defendem a negociação de um Compromisso com o Governo de Atenas, propondo que as negociações sejam lideradas pelo Conselho, Comissão e Parlamento Europeu, o que implica o "fim imediato do modelo da troika".

Nesta posição comum, distribuída aos responsáveis governamentais, comissários europeus, deputados e responsáveis políticos, os socialistas europeus defendem que serão necessárias reformas progressistas que relancem o crescimento económico, combatam o desemprego e acudam à situação humanitária e "não as impostas até agora pela

troika que se focaram na desvalorização do trabalho e na perda de direitos laborais".

A Grécia deverá ter a possibilidade de gerir a intensidade da sua dívida, com juros menores e novas maturidades, deverá beneficiar de uma maior flexibilidade das regras orçamentais para que o Governo possa fazer os investimentos e as reformas necessárias, e, por outro lado, deve combater a corrupção, a fraude e a evasão fiscal. O aumento do investimento para fomentar o crescimento e o emprego, é outra das prioridades propostas, sendo que, neste contexto, a Grécia deve beneficiar do Plano de Investimento apresentado recentemente pela Comissão de Jean-Claude Juncker.

Maria João Rodrigues, em declarações à imprensa, lembrou que "o grupo socialista aprovou uma posição sobre a situação na Grécia que diz que a par-

tir de agora o povo grego precisa de outra solução, e que essa solução deve ser negociada diretamente com as instituições europeias, ou seja, Comissão Europeia, Conselho e com o seguimento também da parte do Parlamento. Nós precisamos de um verdadeiro programa conjunto entre instituições europeias e Grécia", frisou A deputada socialista criticou ainda a posição que o Governo do PSD/CDS-PP tem adotado, considerando-a "um erro de avaliação política", defendendo que "Portugal tem que estar ativo nessa discussão", já que, na sua opinião, "a Grécia tem algumas particularidades, mas também é vítima, como Portugal, de uma questão mais geral, que é um funcionamento da União Económica e Monetária que tende a penalizar os países menos competitivos e a agravar as divergências económicas e sociais".





## Gianni Pittella com deputados portugueses

Gianni Pittella, Presidente do Grupo S&D no Parlamento Europeu, reuniu-se com a Delegação dos eurodeputados socialistas portugueses, num encontro que deu início ao ciclo de reuniões que vai realizar com as restantes delegações do grupo. Na reunião, o líder da bancada socialista realçou os desafios para o atual mandato, centrados numa agenda económica, social, ambiental e internacional, destacando a importância do papel dos deputados socialistas no complexo quadro do Parlamento Europeu.

Depois de sublinhar que o Grupo S&D é o único com presença de deputados de todos os países membros da União Europeia, Gianni Pittella aproveitou para realçar a qualidade delegação portuguesa, constituída por

parlamentares que lutam pelos seus ideais, que trabalham e dão contributos reais e positivos com propostas de grande mérito.

Os deputados socialistas colocaram em cima da mesa as suas preocupações em relação ao anunciado Plano Juncker, com destaque para o facto de não haver garantias reais que irá beneficiar o dia a dia das pessoas. A problemática do terrorismo e as questões associadas à segurança no espaço europeu que não devem limitar o nosso património de liberdade foram também pontos abordados, a par da atenção que deve ser dada às regiões ultra-periféricas, caso da Madeira e dos Açores, entre outras matérias.

O Presidente do Grupo S&D mostrou o interesse em participar na campanha de mudança do ciclo

político em Portugal, disponibilizando-se para se deslocar a Portugal, e anunciou ter convidado o Secretário-Geral do PS, António Costa, a fazer uma intervenção perante o Grupo, em próxima reunião a acertar.

Carlos Zorrinho, Presidente da Delegação Socialista Portuguesa no Parlamento Europeu, na sua intervenção inicial, referiu duas metas: inversão do ciclo de empobrecimento na União Europeia e inversão do ciclo político em Portugal, manifestando-se contra a ideia de uma grande coligação no âmbito parlamentar.

Recorde-se que a primeira reunião de Carlos Moedas, Comissário Europeu para a Investigação, Ciência e Inovação, foi também com a delegação dos eurodeputados portugueses no Parlamento Europeu.



## Socialistas do Grupo de Trabalho Externo da Comissão de Desenvolvimento Regional na Madeira

A Região Autónoma da Madeira recebeu uma visita de trabalho do Grupo de Trabalho Externo da Comissão de Desenvolvimento Regional dos Socialistas europeus, numa iniciativa organizada pela deputada Liliana Rodrigues e que contou também com a presença de dirigentes socialistas madeirenses, com destaque para Victor Freitas, Presidente do PS-Madeira e cabeça de lista da coligação Mudança, candidata às eleições regionais de 29 de março.

Esta visita pretendeu dar a conhecer o ponto de situação de aplicação dos fundos europeus e a sua importância no desen-

volvimento regional, mais ainda tratando-se de uma região ultraperiférica sujeita a uma dupla austeridade.

De forma unânime, os eurodeputados congratularam-se com o sucesso da visita, "entendendo que a mesma se constituiu como uma mais-valia para a Comissão que integram, pois permitiu uma avaliação concreta da realidade madeirense", afirmou Liliana Rodrigues.

Liliana Rodrigues promoveu um conjunto de reuniões com responsáveis políticos, académicos e empresariais madeirenses, nomeadamente Paulo

Cafôfo, Presidente da Câmara Municipal do Funchal; Ricardo Franco, Presidente da Câmara Municipal do Machico; Filipe Menezes, Presidente da Câmara Municipal de Porto Santo; Francisco Costa, Presidente da Sociedade de Desenvolvimento da Madeira e professores e investigadores da Universidade da Madeira, encontro que contou também com a presença do seu Reitor, Professor Doutor José Carmo.

Esta iniciativa contou com a participação dos eurodeputados do S&D Constanze Krehl, Viorica Dancila, Iliana Iotova, Derek Vaughan e Dan Nica.

## OPINIÃO ACÇÃO E COMPROMISSO NO ANO EUROPEU PARA O DESENVOLVIMENTO

PEDRO SILVA PEREIRA



“ Apesar da crise económica, os cidadãos europeus continuam fiéis ao princípio da solidariedade

O ano de 2015 será um ano de grandes decisões para o desenvolvimento sustentável nos próximos 15 anos. Por isso, neste que é o Ano Europeu para o Desenvolvimento (AED2015), precisamos de acção e compromisso: acção conjugada dos governos, das instituições internacionais, das organizações não-governamentais e do sector privado para cumprir os compromissos cruciais de erradicação da pobreza e de sustentabilidade ambiental à escala planetária.

Este Ano Europeu para o Desenvolvimento é uma excelente oportunidade para sensibilizar os cidadãos para a importância e os benefícios da política de desenvolvimento da União Europeia - e não apenas para os próprios beneficiários da ajuda ao desenvolvimento. Mas esta é, sobretudo, uma oportunidade para debater o papel da UE e dos seus Estados-Membros na futura agenda global para o desenvolvimento. A recente comunicação da Comissão Europeia, intitulada "Uma parceria global para erradicar a pobreza e assegurar o desenvolvimento sustentável pós-2015", é um primeiro contributo para este debate e o Parlamento Europeu não deixará de participar activamente na definição da posição da UE para as decisivas conferências agendadas para este ano.

Apesar da crise económica, os cidadãos europeus continuam fiéis ao princípio da solidariedade. Segundo os resultados do Eurobarómetro de Janeiro, os europeus estão hoje mais propensos a concordar com o aumento da ajuda ao desenvolvimento e mais de 9 em cada 10 portugueses consideram que é importante ajudar as pessoas nos países em desenvolvimento. Os líderes europeus devem, assim, reiterar com urgência o seu compromisso de afectar, agora com calendários bem definidos, pelo menos 0.7% do Rendimento Nacional Bruto à Ajuda Pública ao Desenvolvimento.

A UE e os seus Estados-Membros, enquanto maior doador mundial de Ajuda Pública ao Desenvolvimento, devem dar o exemplo e não podem, a pretexto das restrições orçamentais, retroceder nos seus compromissos financeiros nem furtar-se a assumir compromissos concretos na Conferência Internacional para o Financiamento do Desenvolvimento de Adis Abeba, em Julho, ou na Cimeira de Nova Iorque, em Setembro. Caso contrário, os novos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável ficarão comprometidos e esta será uma oportunidade perdida, com consequências para a credibilidade da União.

Enquanto relator do Parlamento Europeu para o quadro de financiamento do desenvolvimento pós-2015, não posso deixar de sublinhar que os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável só serão exequíveis se o resultado da conferência de Adis Abeba for ambicioso, concreto e inovador, embora tenha de ser também necessariamente realista.

Mais do que nunca, é preciso que a UE saiba estar à altura dos seus valores e assuma a liderança no debate sobre o futuro quadro internacional de ajuda ao desenvolvimento, incluindo quanto ao problema do financiamento. Quando há ainda 1.2 mil milhões de pessoas a viver na pobreza, não se pode pedir menos.

(Por vontade do autor, este texto é publicado segundo as normas do antigo acordo ortográfico.)

ENTREVISTA ELISA FERREIRA

## É preciso dar espaço às alternativas de mudança

Elisa Ferreira, coordenadora dos Socialistas e Democratas europeus (S&D) na Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários do Parlamento Europeu



FOTO: PARLAMENTO EUROPEU

### O que significa a vitória do Syriza (esquerda radical) na Grécia?

Esta vitória é uma reação de rejeição de quase cinco anos de austeridade sentida como injusta, excessiva, interminável e que levou as pessoas a uma situação de angústia e desesperança. Penso que muitos europeus se identificam com esta posição, que equivale, com a respetiva amplificação, ao meu "Basta!" de há dois anos. O caso grego ilustra bem todas as críticas que temos feito à troika por ter imposto uma austeridade brutal num curtíssimo período de tempo e sem admitir margens para ajustar trajetórias. Hoje confirma-se que o progra-

ma grego não atingiu nem os resultados esperados, nem sequer alguns objetivos fundamentais, como a organização da máquina administrativa.

### Pensa que a troika ajudou a radicalizar o eleitorado?

Parece-me claro. Todo este processo empurrou politicamente o eleitorado para fora dos partidos moderados e pró-europeus que, quer à esquerda (o PASOK quase desapareceu) quer à direita, tentaram ir interpretando e assumindo as recomendações da troika. A troika não demonstrou capacidade para fazer programas de ajustamento eficazes nem confiáveis, com a agravante de que a

ausência de legitimidade política e controle democrático das suas decisões a torna perigosamente inimputável. Quem mandou a troika, por exemplo, para, em dezembro último, quando a agenda política na Grécia estava agitada em vésperas das eleições presidenciais, recusar fechar o programa de ajuda externa, como estava previsto, e exigir mais austeridade? Impor sacrifícios adicionais a um país exausto que perdeu no processo de ajustamento mais de 25% da riqueza nacional, tem metade dos jovens no desemprego e se debate com um nível de pobreza brutal, é insuportável.

### Há espaço para alterar esta

### agenda?

Tem de haver. Apesar de não ser maioritário a nível europeu, o centro-esquerda tem vindo a conseguir alterar aos poucos a agenda da austeridade, sem quebrar mas "torcendo". É o caso da flexibilidade finalmente admitida no Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC) ou do novo fundo europeu de investimento que está a ser criado pela Comissão Europeia. É preciso, ao nível europeu, dar espaço às alternativas de mudança e de reformas feitas com os cidadãos e com bom senso, e essas alternativas existem, sem os exageros patrocinados pelo neoliberalismo que dominou até agora mas também sem os riscos bru-

tais que os extremos anti-europeus protagonizam. Em França e Itália, por exemplo, os atuais governos socialistas parecem ser a última chance europeísta, uma vez que, na oposição, são os partidos anti-euro e mesmo os partidos radicais que ganham todos os dias mais popularidade e peso. Uma das grandes lições a tirar deste resultado é que ou a agenda da União Europeia se ajusta para dar aos partidos democráticos e pró-europeus a oportunidade de serem os intérpretes das soluções necessárias, ou estaremos a empurrar a Europa para partidos extremistas e anti-europeus, o que constituirá um clamoroso suicídio político do projeto europeu.

## B R E V E S

■ **FRANCISCO ASSIS**, Presidente da Delegação do Parlamento Europeu (PE) para as Relações com os Países do Mercosul, integrou uma viagem de trabalho ao Paraguai e ao Uruguai entre os dias 16 e 20 deste mês. O objetivo foi impulsionar as relações entre o PE e os países do bloco regional sul-americano tendo em vista a reta final das negociações do "Acordo de Associação" entre o Mercosul e a União Europeia (UE), há muito adiado, mas que se prevê possa ser concluído em breve, com a oportunidade criada pela cimeira bilateral UE-Brasil, a ter lugar em abril.

■ **MARIA JOÃO RODRIGUES** exigiu, durante o debate em Plenário do Parlamento Europeu, que o Conselho adopte a proposta da Comissão Europeia que prevê que os países que beneficiam da Iniciativa para o Emprego dos Jovens (IEJ), como Portugal, possam receber mais cedo verbas para ajudar os jovens a regressar ao trabalho e ao ensino ou a realizar um estágio. A proposta permitirá disponibilizar já este ano cerca de mil milhões de euros provenientes da dotação da IEJ.

■ **CARLOS ZORRINHO** participou no debate sobre o acesso aos medicamentos, que decorreu em Estrasburgo, onde referiu que em Portugal "cidadãos perderam a vida pelo facto do Serviço Nacional de Saúde não ter tido a disponibilidade financeira e o Governo não ter assegurado em tempo útil as medidas excecionais necessárias para lhe serem

ministrados medicamentos inovadores de elevado preço, em particular no caso da Hepatite C" e propôs uma ação coordenada no plano europeu para garantir o acesso generalizado aos medicamentos inovadores. Sobre o mandato do Fórum Global da Internet, Zorrinho produziu uma intervenção escrita na qual considera ser "fundamental renovar o mandato do Fórum Global da Internet, como plataforma de acompanhamento, debate e auto-regulação do uso da Internet." De acordo com o deputado socialista "é errado pensar que a não regulação garante a neutralidade da Internet". No entanto, "a garantia da neutralidade da Internet não pode pôr em causa o espaço de liberdade, criatividade e criação de valor em que a Internet se transformou", afirmou.

■ **ELISA FERREIRA** dirigiu com Carlos Zorrinho e Francisco Assis uma pergunta à Comissão Europeia para esclarecer se a empresa espanhola FMB (Ferrocaril Metropolitana de Barcelona S.A.) tem o direito, à luz do direito comunitário, de participar no Concurso Público para a Subconcessão dos Sistemas de Transportes da Metro do Porto e da Sociedade de Transportes Colectivos do Porto. A FMB - operador público ferroviário detido pela Área Metropolitana de Barcelona, entidade pública de natureza territorial, prestando serviço por atribuição direta e sem concorrência e que beneficia de subsídios públicos para equilibrar as contas - in-

tegra um agrupamento com a Transportes Ciutat Comtal S.A., que foi o único concorrente a apresentar uma proposta.

■ Na apresentação do "LEME - Barómetro PwC da economia do mar", que se realizou em Ponta Delgada, **RICARDO SERRÃO SANTOS** afirmou que é necessário "visão e tenacidade para cumprir o desígnio do mar". Para o eurodeputado "está em curso uma batalha pelo conhecimento. Vemos como se sucedem as iniciativas internacionais que marcam presença constante no Atlântico. As plataformas científicas mais modernas estão cada vez mais presentes ao largo dos Açores, na nossa zona económica exclusiva e na nossa plataforma continental estendida". O eurodeputado açoriano enfatizou "sem conhecimento, perdemos a corrida aos recursos. Ficamos com uma base de papel, um autêntico "mapa cor-de-rosa".

■ **ANA GOMES** afirmou no debate em plenária de preparação para a próxima Cimeira de líderes da União Europeia que o terrorismo está a ser financiado através dos paraísos fiscais, enquanto os governos e a UE olham para o lado. Injustiça, indignação, terror é o que os cidadãos europeus que pagam impostos sentem face às revelações do Luxleaks e do Swissleaks. Será que o Conselho e Comissão vão finalmente agir contra o terror? Nenhuma outra estratégia funcionará contra o terrorismo se a UE não se livrar da austeridade cega que tem estrangulado o crescimento

na Europa e alimentado o desemprego, a exclusão social e a ideologia nihilista que arrasta jovens europeus para combater no Estado Islâmico.

■ **PEDRO SILVA PEREIRA** integrou a delegação que representou o Parlamento Europeu (PE) na sessão anual da Conferência Parlamentar da Organização Mundial do Comércio (OMC) que decorreu em Genebra, a 16 e 17 de fevereiro, e reuniu representantes de vários Parlamentos de todo o mundo. A Conferência Parlamentar da OMC, que assinalou o 20.º aniversário deste organismo, contou com a participação do Diretor Geral da OMC, Roberto Azevêdo, e debateu temas como o estado das negociações comerciais multilaterais, o processo de revitalização da ronda de Doha e o papel do comércio como fator de paz e de criação de melhores condições de vida. Recorde-se que Pedro Silva Pereira é membro da Comissão de Comércio Internacional do PE e relator permanente do PE para o Acordo de Comércio Livre entre a União Europeia e o Japão.

■ **LILIANA RODRIGUES** vai questionar a Comissão Europeia sobre as razões do atraso na aprovação do IV regime do Centro Internacional de Negócios da Madeira. Esta foi uma das promessas dos deputados socialistas Europeus que visitaram este mês a Madeira para uma avaliação das obras do desenvolvimento regional, financiadas por fundos europeus.